

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

1º trimestre de 2026

Janeiro

Fevereiro

Março

Florianópolis, Abril de 2026



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IPREV

Mauro Luiz de Oliveira
Presidente

Abelardo Osni Rocha Júnior
Diretor de Administração

Liamara Meneghetti
Diretora de Previdência

Gustavo de Lima Tenguan
Diretor Jurídico

Yuri Carione Engelke
Diretor de Investimentos

Rodrigo Guilherme Quint
Gerente de Administração,
Finanças e Contabilidade

Humberto Dias Filho
Gerente de Apoio Operacional

Daniel André Noebauer
Gerente de Gestão de Pessoas

Décio Woll Regis
Gerente de Tecnologia da
Informação e Governança
Eletrônica

Rodrigo Nascimento Santiago
Gerente de Planejamento

Gerson Luiz da Cruz
Gerente de Pensões

Nilzete Medeiros da Silva
Gerente de Inativos

Natânia Frasnelli Hübner
Gerente de Diligências

**Cristine Daniela Rachor
Panzenhagen**
Gerente de Atendimento

Beatriz Aly Rafaelli
Gerente de Compensação
Previdenciária

Alex dos Santos
Gerente da Folha de Pagamento

Ana Paula Scoz Silvestre Aguiar
Gerente do Contencioso
Administrativo

Marcelo de Oliveira Ganzo
Gerente de Contencioso Judicial

Sheila Vanessa Fortuna Ferreira
Gerente de Avaliação e Cálculo

Jean Jacques Dressel Braun
Gerente de Investimentos

Aliceana de Andrade Graciosa
Gerente de Riscos

Jefferson Rafael da Fonseca
Coordenadoria de Controle
Interno e Ouvidoria

Flávio Ricardo Cidral
Coordenadoria de Auditoria e
Fiscalização

Equipe Técnica:

Abelardo Osni Rocha Júnior
Diretor de Administração

Rodrigo Nascimento Santiago
Gerente de Planejamento

Dirnéle Carneiro Garcez
Especialista em Gestão de Processos EPROC-SEPLAN



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. PERFIL INSTITUCIONAL DO IPREV	7
1.1. Histórico institucional	7
1.2. Segregação das massas previdenciárias	7
1.3. Identidade institucional	8
1.4. Estrutura Organizacional	8
2. UNIDADE GESTORA	12
2.1. Despesas	12
2.2. Receitas.....	12
3. SC SEGURO - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS.....	14
3.1. Quantitativo de segurados	14
3.2. Receitas.....	15
3.3. Despesas	15
3.4. Insuficiência previdenciária	16
4. SC FUTURO - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS.....	17
4.1. Quantitativo de Segurados.....	17
4.2. Receitas.....	17
4.3. Despesas	18
5. MILITARES - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS.....	19
5.1. Quantitativo de segurados	19
5.2. Receitas, despesas e insuficiência:.....	19
6. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL	21
7. GESTÃO DE INVESTIMENTOS.....	24
7.1. Carteira de investimentos	24
7.2. Gestão de riscos	24
8. ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	28
8.1. Conselho de Administração (CONAD)	28
8.2. Conselho Fiscal.....	30
8.3. Diretoria Executiva do IPREV	31
8.4. Comitê de Investimentos	32

9.	ATIVIDADES INSTITUCIONAIS	34
9.1.	Gestão de pessoas	34
9.2.	Educação Previdenciária	34
9.3.	Controle Interno	35
9.4.	Jurídico	35
10.	CANAIS DE ATENDIMENTO	37
11.	OUIDORIA.....	40
11.1.	Papel da ouvidoria	40
11.2.	Estrutura e funcionamento	40
11.3.	Formas de contato com a Ouvidora-Geral do Estado de Santa Catarina .	40

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Governança Corporativa do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), referente ao primeiro trimestre de 2026, tem como finalidade apresentar, de forma sistematizada, transparente e objetiva, as principais ações, resultados e indicadores relacionados à gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos estaduais.

Este relatório configura-se como um instrumento técnico de prestação de contas e de transparência institucional, destinado aos segurados, beneficiários, órgãos de controle e à sociedade catarinense. Seu propósito é consolidar a cultura de governança pública, contribuindo para o fortalecimento da credibilidade institucional e para a evolução contínua da gestão previdenciária estadual, em alinhamento aos princípios de eficiência, integridade e responsabilidade na administração pública.

A elaboração deste documento está fundamentada nos princípios da Governança Corporativa, sejam eles:

I) **Transparência:** assegurar o acesso a informações relevantes, de forma clara, tempestiva e acessível;

II) **Equidade:** promover o tratamento justo e isonômico a todos os públicos de interesse;

III) **Prestação de contas (*accountability*):** responsabilização pelos atos de gestão e pelos seus resultados;

IV) **Responsabilidade corporativa e social:** consideração dos impactos das decisões institucionais sobre a sociedade e o equilíbrio do RPPS.

A metodologia adotada contempla a consolidação de dados provenientes dos sistemas corporativos e das unidades técnico-administrativas do IPREV, que incluem informações das áreas de benefícios, arrecadação, investimentos, contabilidade, atuária e controle interno. O conteúdo está alinhado às diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Pró-Gestão RPPS), coordenado pela Secretaria de Previdência do Ministério da Previdência Social, e à legislação previdenciária.

Ao apresentar os resultados do primeiro trimestre de 2026, este relatório reafirma o compromisso do IPREV com a boa governança, a sustentabilidade do regime previdenciário e a excelência na prestação dos serviços públicos, em consonância com os princípios constitucionais que regem a administração pública.

1. PERFIL INSTITUCIONAL DO IPREV

1.1. Histórico institucional

A trajetória da previdência pública em Santa Catarina remonta a 1898, com a Lei nº 314, que representou a primeira tentativa de amparo às famílias dos servidores. Contudo, o sistema foi efetivamente institucionalizado em 15 de setembro de 1909, com a Lei nº 825, que criou o Montepio dos Funcionários do Estado. Inicialmente restrito ao pagamento de pensões, o Montepio expandiu suas atividades ao longo das décadas, passando a oferecer também empréstimos habitacionais e financeiros.

Em 1962, diante do crescimento do quadro de associados e da complexidade das demandas, a Lei nº 3.138 reorganizou a estrutura, transformando-a no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPESC). Como uma autarquia de assistência e previdência, o IPESC detinha um escopo amplo de atuação, sendo responsável não apenas pelos benefícios de aposentadoria e pensão, mas também pela assistência médica e financeira dos servidores públicos catarinenses.

O cenário mudou significativamente com a promulgação da Lei Federal nº 9.717/1998, que estabeleceu normas gerais para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em todo o Brasil. A nova legislação federal impôs a separação obrigatória entre as áreas de previdência e saúde, vedando expressamente a utilização de recursos previdenciários para assistência médica ou qualquer forma de auxílio financeiro.

Em conformidade com essas diretrizes federais de especialização e equilíbrio, a Lei Complementar nº 412/2008 promoveu a reestruturação do modelo estadual. Esta norma extinguiu o antigo IPESC e consolidou o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) como a Unidade Gestora única do RPPS/SC. Atualmente, o IPREV é uma autarquia dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, articulada com a Secretaria de Estado da Administração, com a missão exclusiva de gerir de forma centralizada o regime previdenciário do Estado.

O público-alvo do RPPS/SC abrange os servidores civis do Poder Executivo, bem como os membros e servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público Estadual.

1.2. Segregação das massas previdenciárias

A Lei Complementar nº 848 de 2023 consolidou uma das mudanças estruturais mais profundas no sistema previdenciário catarinense ao instituir a segregação de massa dos segurados, uma medida estratégica voltada especificamente para o equacionamento do déficit financeiro e atuarial do regime. Esta segregação consistiu na separação técnica e contábil dos segurados em dois grupos distintos, com modelos de financiamento e fundos próprios, denominados SC SEGURO e SC FUTURO.

O fundo SC SEGURO, estruturado sob o regime de repartição simples, é um fundo em extinção, sendo vedado a novos ingressos. Destina-se ao pagamento dos benefícios dos

servidores que ingressaram no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2023, mantendo o modelo em que as contribuições arrecadadas em cada competência custeiam os benefícios devidos no mesmo período. Em contrapartida, foi criado o SC FUTURO, fundo estruturado no regime de capitalização para os novos servidores que ingressarem a partir de 1º de janeiro de 2024, no qual as contribuições são acumuladas para garantir o custeio de benefícios futuros.

A legislação é rigorosa ao proibir qualquer transferência de recursos ou obrigações entre esses dois fundos, garantindo a separação orçamentária e financeira necessária para a solvência do sistema.

1.3. Identidade institucional

1.3.1. Missão

Promover, implementar e executar políticas de benefícios previdenciários aos servidores públicos do Estado de Santa Catarina e seus dependentes, com responsabilidade social, de forma célere, sustentável, equilibrada, solidária e contributiva entre os segurados

Essa missão reflete o compromisso do IPREV com a boa governança, a proteção dos direitos previdenciários e a excelência na gestão pública.

1.3.2. Visão

Conceder e pagar, de forma equânime, os benefícios previdenciários de todos os poderes e órgãos, com recursos das contribuições previdenciárias e outros ativos geradores de renda.

1.3.3. Valores

Comprometimento, Responsabilidade, Legalidade, Segurança, Confiança, Celeridade, Ética e Transparência.

1.4. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Instituto é composta por 27 unidades administrativas, distribuídas entre dezesseis gerências, quatro diretorias, duas coordenadorias e duas assessorias, além do Gabinete da Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que integram os níveis estratégicos e superiores da gestão institucional, conforme observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Identificação das diretorias, gerências e setores e suas respectivas atribuições.

SIGLA	SETOR	FUNÇÃO	CARGO	AGENTE
CONAD	Conselho de Administração	Responsável pelas deliberações e decisões estratégicas	Presidente do Conselho de Administração	Julie Anne Saut
COFIS	Conselho Fiscal	Responsável pela fiscalização dos atos dos administradores	Presidente do Conselho Fiscal	Marcos Felipe
GABP	Presidência do IPREV	Responsável pela representação, execução das políticas e consecução dos objetivos da autarquia	Presidente do IPREV	Mauro Luiz de Oliveira
ASCOM	Assessoria de Comunicação	Responsável pela comunicação interna e externa	Assessor de Comunicação	Fernando Kleis
CIOUV	Coordenação de Controle Interno e Ouvidoria	Responsável pelo controle interno e pela ouvidoria	Coordenadora de Controle Interno e Ouvidoria	Jefferson Rafael da Fonseca
	Assessoria da Presidência do IPREV	Assessora diretamente a Presidência em suas decisões e atividades	Assessor do Presidente	Ernesto Montibeler Filho
CORAFI	Coordenadoria de Auditoria e Fiscalização	Responsável pela auditoria e fiscalização das atividades	Coordenador de Auditoria e Fiscalização	Flávio Ricardo Cidral
DIAD	Diretoria de Administração	Responsável pela administração geral	Diretor de Administração	Abelardo Osni Rocha Júnior
GEAFC	Gerência de Adm. de Finanças e Contabilidade	Responsável pela administração financeira e contábil	Gerente de Administração de Finanças e Contabilidade	Rodrigo Guilherme Quint
GEAPO	Gerência de Apoio Operacional	Presta apoio operacional às diversas áreas do IPREV	Gerente de Apoio Operacional	Humberto Dias Filho
GEPES	Gerência de Gestão de Pessoas	Responsável pela gestão de pessoas	Gerente de Gestão de Pessoas	Daniel André Noebauer
GETIG	Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica	Responsável pela tecnologia da informação	Gerente de Tecnologia da Informação	Décio Woll Regis
GEPLA	Gerência de Planejamento	Responsável pelo planejamento	Gerente de Planejamento	Rodrigo Nascimento Santiago
DIPR	Diretoria de Previdência	Responsável pela gestão dos benefícios previdenciários	Diretora de Previdência	Liamara Meneghetti
GEPEN	Gerência de Pensões	Gerencia os benefícios de pensão	Gerente de Pensões	Gerson Luiz da Cruz
GERIN	Gerência de Inativos	Gerencia os benefícios dos servidores inativos	Gerente de Inativos	Nilzete Medeiros da Silva
GEDIL	Gerência de Diligências	Realiza diligências e investigações	Gerente de Diligências	Natânia Frasnelli Hübner
GERAT	Gerência de Atendimento	Responsável pelo atendimento aos segurados	Gerente de Atendimento	Cristine Daniela Ranchor Panzenhagen
GCOMP	Gerência de Compensação Previdenciária	Responsável pela compensação previdenciária	Gerente de Compensação Previdenciária	Beatriz Aly Rafaelli

GFPAG	Gerência de Folha de Pagamento	Responsável pela folha de pagamento dos benefícios	Gerente de Folha de Pagamento	Alex dos Santos
DJUR	Diretoria Jurídica	Responsável pelos assuntos jurídicos	Diretor Jurídico	Gustavo de Lima Tenguan
GECAD	Gerência do Contencioso Administrativo	Responsável pelo contencioso administrativo	Gerente do Contencioso Administrativo	Ana Paula Scoz Silvestre Aguiar
GECOJ	Gerência do Contencioso Judicial	Responsável pelo contencioso judicial	Gerente do Contencioso Judicial	Marcelo de Oliveira Ganzo
GERAC	Gerência de Avaliação e Cálculo	Responsável pela avaliação e cálculo judiciais	Gerente de Avaliação e Cálculo	Sheila Vanessa Fortuna Ferreira
DINV	Diretoria de Investimentos	Responsável pela gestão dos investimentos	Diretor de Investimentos	Yuri Carioni Engelke
GEINV	Gerência de Investimentos	Responsável pela gestão dos investimentos do RPPS	Gerente de Investimentos	Jean Jacques Dressel Braun
GRISC	Gerência de Riscos	Responsável pela gestão de riscos	Gerente de Riscos	Aliceana de Andrade Graciosa

Fonte: Elaborado pela equipe técnica, 2025.

A Figura 1 apresenta o organograma da estrutura organizacional do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), representando de forma hierárquica e funcional a disposição das unidades administrativas que compõem a autarquia. O diagrama evidencia os níveis de governança e gestão, destacando os órgãos colegiados superiores - Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (COFIS), o Gabinete e a Assessoria da Presidência, as diretorias finalísticas e de suporte e suas respectivas gerências vinculadas.

Essa representação visual tem como objetivo proporcionar clareza quanto à estrutura de comando, coordenação e apoio técnico, refletindo a organização interna necessária à execução das atividades institucionais e previdenciárias do IPREV.

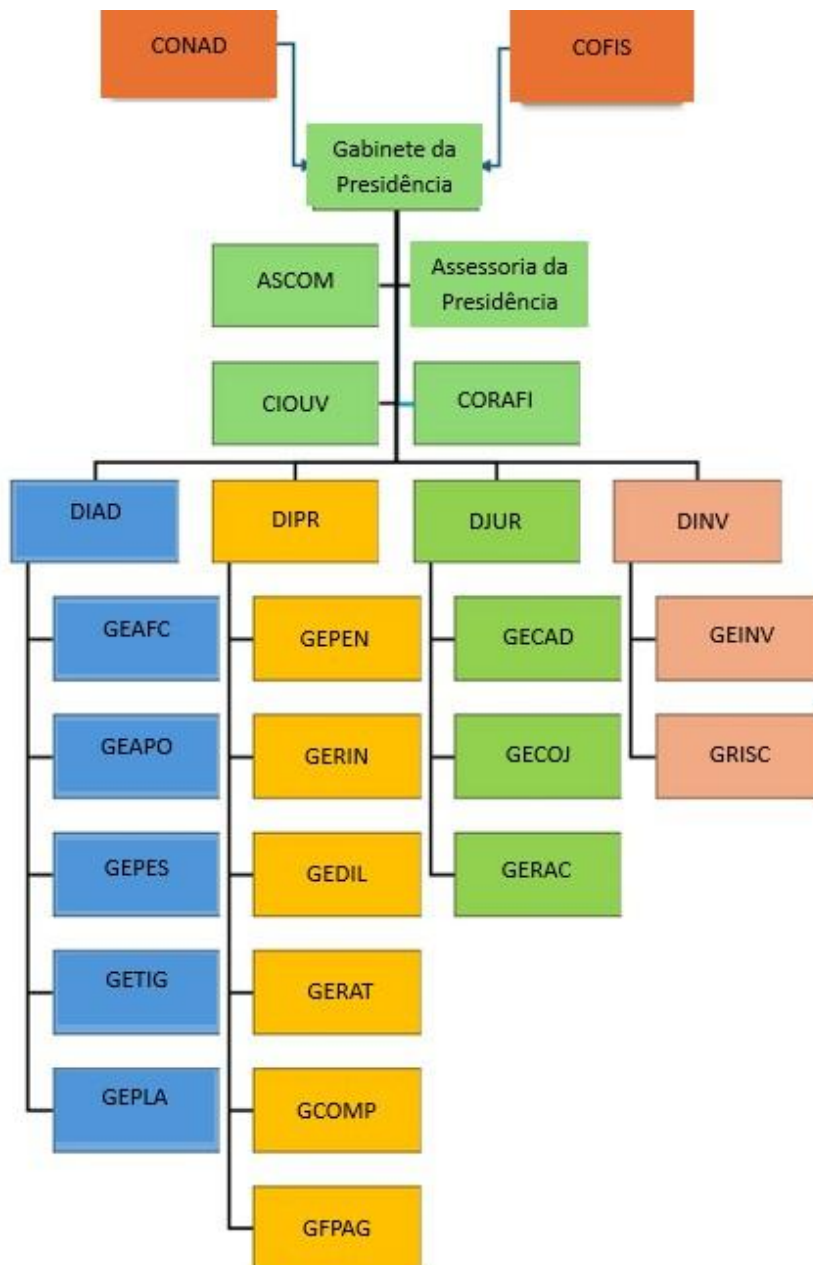


Figura 1 - Organograma Estrutura Organizacional

2. UNIDADE GESTORA

A Unidade Gestora 470022, correspondente ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV), é responsável pela administração dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Estado (RPPS/SC), assegurando a aplicação adequada das contribuições previdenciárias e a sustentabilidade financeira e atuarial dos fundos previdenciários estaduais.

Entre suas principais competências, destacam-se o recebimento e controle das contribuições de servidores ativos, aposentados e pensionistas; o registro, acompanhamento e execução das receitas e despesas vinculadas ao RPPS; a gestão dos investimentos, em conformidade com a legislação e com a Política de Investimentos vigente; além do apoio técnico à avaliação atuarial, visando garantir o equilíbrio financeiro e a solvência de longo prazo do regime.

2.1. Despesas

Na tabela 2 estão detalhadas as despesas da unidade gestora do RPPS/SC no primeiro trimestre de 2026.

Tabela 2 - Despesas administrativas do IPREV no primeiro trimestre de 2026 (em R\$)

Natureza da despesa ¹	Janeiro	Fevereiro	Março
Custeio	109.766,23	522.075,05	693.890,11
Folha	2.793.739,36	2.881.180,90	2.810.228,39
Investimentos	-	-	22.411,00
PASEP	-	58.740,26	58.572,17
Total	2.903.505,59	3.461.996,21	3.585.101,67

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2026

2.2. Receitas

2.2.1. Taxa de Administração

A taxa de administração consiste em recurso previdenciário vinculado, destinado ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à manutenção, organização e funcionamento da Unidade Gestora do RPPS, conforme estabelece o inciso XXVII do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 412/2008.

Trata-se de instrumento essencial para a garantia da autonomia financeira e administrativa da unidade gestora. Entre suas aplicações, destacam-se o pagamento de pessoal e encargos administrativos, a manutenção de sistemas de tecnologia da informação para controle de contribuições, benefícios e investimentos, além de auditorias, consultorias atuariais e jurídicas.

¹ Os valores representantes da folha são aqueles contidos na subação 669 (Adm. de pessoal e encargos); do PASEP da subação 13006 (Encargos com PASEP). Os valores referentes aos investimentos pertencem à categoria econômica de despesa de capital (44), as demais despesas correspondem ao custeio.

2.2.2. Valores da taxa de administração

Os valores mensais da taxa de administração, referentes a cada poder ou órgão independente no exercício de 2026, estão apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Valores mensais da taxa de administração no exercício de 2026 (em R\$)

Poder/Órgão	Valor SC Seguro	Valor SC Futuro
Executivo	2.877.725,14	68.267,95
Legislativo	144.177,00	1.892,41
Judiciário	879.296,54	24.584,55
MPSC	268218,23	4.497,70
TCE	88.002,79	197,51
Militares	947.232,13	-
Total	5.204.651,84	99.440,12

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2025.

3. SC SEGURO - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

Os quantitativos mensais de segurados ativos, inativos e pensionistas serão apresentados de acordo com cada Poder ou órgão independente e o respectivo regime previdenciário.

O SC Seguro – fundo renomeado em sucessão ao antigo Fundo Financeiro – constitui o fundo previdenciário em regime de repartição simples do Estado de Santa Catarina, responsável pelo custeio dos benefícios de aposentadorias e pensões dos servidores que ingressaram no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2023.

3.1. Quantitativo de segurados

Em razão de sua abrangência temporal, o SC Seguro concentra a maior parte da massa previdenciária atualmente sob responsabilidade do IPREV. A composição detalhada desses beneficiários, no primeiro trimestre de 2026, está disposta nas tabelas 4, 5 e 6.

Tabela 4 - Quantitativo mensal de segurados ativos vinculados ao fundo SC Seguro

Poder/Órgão	Janeiro	Fevereiro	Março
Executivo	36.020	36.010	35.814
Legislativo	286	287	289
Judiciário	6.273	6.280	6.247
MPSC	1.053	1.053	1.050
TCE	436	434	434
Total	44.068	44.064	43.834

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2026

Tabela 5 - Quantitativo mensal de segurados inativos vinculados ao fundo SC Seguro

Poder/Órgão	Janeiro	Fevereiro	Março
Executivo	49.015	49.032	49.096
Legislativo	720	717	719
Judiciário	2.232	2.246	2.251
MPSC	235	235	238
TCE	387	388	388
Total	52.589	52.618	52.692

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2026

Tabela 6 - Quantitativo mensal de pensionistas vinculados ao regime previdenciário SC Seguro

Poder/Órgão	Janeiro	Fevereiro	Março
Executivo	9.197	9.213	9.241
Legislativo	351	349	346
Judiciário	461	462	462
MPSC	112	112	113
TCE	105	105	105
Total	10.226	10.241	10.267

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2026

3.2. Receitas

As receitas brutas ordinárias vinculadas ao SC Seguro - constituídas pelas contribuições patronais, de segurados ativos e de beneficiários - estão demonstradas na tabela 7.

Além disso, as receitas oriundas das compensações previdenciárias estão nas tabelas 8 e 9.

Tabela 7 - Receitas brutas ordinárias vinculadas ao regime previdenciário SC Seguro no primeiro trimestre de 2026 (em R\$)

Poder/Órgão	Janeiro	Fevereiro	Março
Contrib. Prev. do Executivo	192.373.342,08	191.935.347,94	197.785.303,68
Contrib. Prev. do Legislativo	6.374.401,36	6.361.253,98	6.352.800,89
Contrib. Prev. do Judiciário	44.363.128,16	45.239.142,01	49.582.105,78
Contrib. Prev. do MPSC	13.934.354,52	13.834.875,09	13.207.308,22
Contrib. Prev. do TCE	6.197.387,79	6.198.132,96	6.195.466,77
Outras receitas	38.904.674,98	20.153.563,74	91.928.216,74
Total	302.147.288,89	283.722.315,72	365.051.202,08

Fonte: Elaborado com base no Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada extraído do SIGEF, 2026

Tabela 8 - Relação de valores oriundos de compensação previdenciária no primeiro trimestre de 2026 entre o RPPS/SC e o RGPS

Competência	Proc. Recebidos	Valores Recebidos(R\$)	Proc. Pagos	Valores Enviados (R\$)	Saldo (R\$)
Janeiro	7.983	74.971.365,48	3.200	7.738.410,72	67.232.954,76
Fevereiro	8.410	85.254.850,18	3.438	17.402.479,50	67.852.370,68
Março	8.702	28.812.114,60	3.553	11.514.953,52	17.297.161,08
Total	25.095	189.038.330,26	10.191	36.655.843,74	152.382.486,52

Fonte: Elaborado com base nos dados da Diretoria da Previdência, 2026

Tabela 9 - Relação de valores oriundos de compensação previdenciária no primeiro trimestre de 2026 entre o RPPS/SC e outros RPPS

Competência	Proc. Recebidos	Valores Recebidos(R\$)	Proc. Pagos	Valores Enviados (R\$)	Saldo (R\$)
Janeiro	511	355.476,31	1273	249.054,78	106.421,53
Fevereiro	525	347.841,40	1313	658.430,74	-310.589,34
Março	665	509.342,11	1478	902.974,80	-393.632,69
Total	1.701	1.212.659,82	4.064	1.810.460,32	-597.800,50

Fonte: Elaborado com base nos dados da Diretoria da Previdência, 2026

3.3. Despesas

A tabela 10 exibe as despesas do fundo previdenciário SC Seguro no primeiro trimestre de 2026.

Tabela 10 - Despesas vinculadas ao fundo SC Seguro no primeiro trimestre de 2026 (em R\$)

Poder/Órgão	Janeiro	Fevereiro	Março
Executivo	549.758.464,07	549.641.360,60	569.464.497,25
Legislativo	29.241.110,50	29.154.736,66	35.226.852,34
Judiciário	56.243.948,82	63.114.777,88	54.975.019,39
Ministério Público	18.550.397,22	18.813.894,26	17.361.411,82
Tribunal de Contas	16.015.907,05	16.129.083,91	16.144.437,36
RPV²	519.190,35	1.061.355,22	2.271.090,01
Extrajudiciais²	6.855.974,00	6.838.330,85	6.860.650,20
Ipalesc²	1.072.155,96	1.072.155,96	1.072.155,96
Total	678.257.147,97	685.825.695,34	703.376.114,33

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Execução Orçamentária por subação, extraído do SIGEF, 2026

3.4. Insuficiência previdenciária

A principal característica desse fundo previdenciário é estar constituído sob o regime de repartição simples, no qual as contribuições dos servidores ativos financiam os benefícios pagos a inativos e pensionistas.

Os dados extraídos em março de 2026 indicam uma razão de servidores ativos para beneficiários de 0,70, o que evidencia a tendência ao déficit atuarial e ao agravamento da insuficiência financeira do regime, além de reforçar a necessidade de cobertura do déficit previdenciário pelo Tesouro do Estado.

Os dados da insuficiência previdenciária estão demonstrados na tabela 11.

Tabela 11 - Dados da insuficiência do fundo SC Seguro no primeiro trimestre de 2026 (em R\$)

Poder/Órgão	Janeiro	Fevereiro	Março
Executivo	360.380.002,33	361.974.014,94	327.015.136,28
Legislativo	24.339.522,68	24.256.691,88	29.544.058,31
Judiciário	-	-	-
Ministério Público	-	-	-
Tribunal de Contas	13.637.891,95	-	3.766.113,24
Total	398.357.416,96	386.230.706,82	360.325.307,83

Fonte: Elaborado com base em dados extraídos do SIGEF, 2026.

² Despesas pagas diretamente pelo Tesouro Estadual

4. SC FUTURO - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

O SC Futuro constitui um fundo previdenciário estruturado sob o regime de capitalização, instituído pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) em janeiro de 2024, conforme disposto na Lei Complementar nº 848/2023.

Esse fundo tem como finalidade garantir a formação de reservas individuais destinadas ao custeio futuro dos benefícios previdenciários dos servidores que ingressaram no serviço público estadual a partir da referida data, assegurando equilíbrio financeiro e sustentabilidade de longo prazo ao Regime Próprio de Previdência Social.

4.1. Quantitativo de Segurados

A Tabela 12 apresenta o quantitativo mensal de segurados ativos vinculados ao regime previdenciário SC Futuro durante o primeiro trimestre de 2026, permitindo o acompanhamento evolutivo do número de participantes e a análise do comportamento de ingresso no novo modelo previdenciário estadual.

Tabela 12 - Quantitativo mensal de segurados ativos vinculados ao regime previdenciário SC Futuro no primeiro trimestre de 2026

Poder/Órgão	Janeiro	Fevereiro	Março
Executivo	6.790	7.836	7.723
Legislativo	36	36	36
Judiciário	600	620	640
Ministério Público	64	64	67
Tribunal de Contas	3	3	3
Total	7.493	8.559	8.469

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2026

4.2. Receitas

A Tabela 13 apresenta a discriminação das receitas brutas vinculadas ao fundo previdenciário SC Futuro durante o primeiro trimestre de 2026. Essas receitas são compostas, predominantemente, pelas contribuições patronais e contribuições dos segurados ativos, que representam as principais fontes de ingresso do fundo.

Os valores demonstrados possibilitam o monitoramento da arrecadação previdenciária e a avaliação da capacidade de capitalização do SC Futuro, em conformidade com os parâmetros legais e com a Política de Investimentos vigente.

Tabela 13 - Receitas brutas vinculadas ao regime previdenciário SC Futuro no primeiro trimestre de 2026

Poder/Órgão	Janeiro	Fevereiro	Março
Contrib. Prev. do Executivo	9.959.962,43	11.041.239,91	11.549.191,99
Contrib. Prev. do Legislativo	83.540,63	83.540,63	83.540,63
Contrib. Prev. do Judiciário	1.329.025,27	1.438.672,69	1.492.001,97
Contrib. Prev. do MPSC	165.305,06	178.293,30	180.284,66
Contrib. Prev. do TCE	14.809,75	14.809,75	14.809,75
Outras receitas	1.447.067,31	1.378.190,21	1.849.108,06
Total	12.999.710,45	14.134.746,49	15.168.937,06

Fonte: Elaborado com base no Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada extraído do SIGEF, 2025.

4.3. Despesas

Em razão do curto período de vigência do regime previdenciário SC Futuro, não foram registradas, até o momento, despesas vinculadas ao referido fundo. Considerando a fase inicial de implantação e a natureza de capitalização do modelo, os recursos arrecadados permanecem destinados à formação de reservas financeiras individuais, que serão utilizadas futuramente para o pagamento dos benefícios previdenciários, conforme as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 848/2023 e na Política de Investimentos do RPPS/SC.

5. MILITARES - PERFIL DOS SEGURADOS E DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

Paralelamente ao regime civil administrado pelo IPREV, o estado conta com o Sistema de Proteção Social dos Militares, regulamentado em âmbito nacional pela Lei nº. 13.954/2019 e instituído pela Emenda Constitucional nº 89/2022 da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC). Esse sistema tem como finalidade assegurar benefícios específicos aos militares estaduais, como reforma, pensão militar, assistência à saúde e outras garantias.

Diferentemente do regime civil, o sistema militar possui regras próprias quanto ao tempo de serviço, às hipóteses de reforma por incapacidade e à concessão de pensões. Embora financiado pelas contribuições dos militares ativos, inativos e pensionistas, sua sustentabilidade também depende de aportes do Tesouro Estadual, já que não se estrutura como regime de capitalização, mas sim como um modelo especial de proteção social.

5.1. Quantitativo de segurados

Na tabela 14 temos o quantitativo de segurados militares, separados por Ativos, Inativos e Pensionistas

Tabela 14 - Quantitativo mensal de segurados militares no primeiro trimestre de 2026

Militares	Janeiro	Fevereiro	Março
Ativos	11.671	11.620	11.590
Inativos	12.254	12.279	12.294
Pensionistas	3.224	3.229	3.243
Total	27.149	27.128	27.127

Fonte: Elaborado com base no Demonstrativo de Informações Previdenciárias do Cadprev, 2026

5.2. Receitas, despesas e insuficiência:

A Tabela 15 apresenta a demonstração das receitas brutas ordinárias vinculadas ao Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Santa Catarina, compostas pelas contribuições dos segurados ativos e dos beneficiários. Ressalta-se que não há contribuição patronal correspondente a este grupo.

Na mesma tabela, são evidenciadas as despesas previdenciárias e o respectivo resultado de insuficiência financeira, possibilitando a análise do equilíbrio entre arrecadação e desembolso do regime militar no primeiro trimestre de 2026.

Tabela 15 – Receita, despesas e insuficiência vinculadas ao SPSM no primeiro trimestre de 2026

Militares	Janeiro	Fevereiro	Março
Receitas de contribuições	30.725.241,35	30.779.644,21	30.737.153,08
Despesas com benefícios	193.234.376,93	194.063.904,13	194.433.316,24
Insuficiência Financeira	162.473.962,26	163.285.383,32	163.682.958,12

Fonte: Elaborado com base no Relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, Execução orçamentária e relatório contábil de Insuficiência Financeira, extraído do SIGEF, 2025

6. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

A Lei nº 9.717, de 27 de fevereiro de 1998, recepcionada pelo art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019, até a edição da lei complementar mencionada no art. 40, § 22, da Constituição Federal, estabelece normas gerais para a organização e o funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O art. 1º determina que tais regimes devem observar princípios gerais de contabilidade e atuária, com o objetivo de assegurar o Equilíbrio Financeiro e Atuarial (EFA) do sistema.

Conforme a legislação vigente, os RPPS devem realizar avaliações atuariais iniciais e periódicas, em cada balanço, utilizando parâmetros gerais definidos para sua estrutura, com a finalidade de revisar o plano de benefícios previdenciários e o plano de custeio.

Para a elaboração do Estudo e Avaliação Atuarial 2026, adotou-se como data-base para a extração dos dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos segurados e beneficiários do RPPS do Estado de Santa Catarina o último dia do mês de setembro do exercício em análise, 30/09/2025, e como data focal o último dia do ano civil, 31/12/2025, em conformidade com a legislação previdenciária aplicável, de modo que as obrigações do Plano de Benefícios terão início no primeiro dia do exercício subsequente.

A Tabela 16 apresenta as projeções atuariais dos planos financeiros e previdenciários para o período de 2022 a 2026, enquanto a Tabela 17 evidencia a evolução atuarial do sistema de proteção dos militares no mesmo intervalo de tempo.

Tabela 16 - Evolução atuarial do RPPS/SC no período de 2022 a 2026 (Civis)

Ano-Base	2022	2023	2024	2025 - SCFUTURO	2025 - SCSEGURO	2026 - SCFUTURO	2026 - SCSEGURO
Data-Base	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025
Quantidade de Servidores Ativos	46.349	48.271	47.598	930	45.442	6.720	43.646
Remuneração Média (em R\$)	7.748,87	9.324,91	9.673,75	5.354,52	10.153,18	5.226,49	11.227,93
Quantidade de Beneficiários	61.290	61.918	62.005	0	62.587	0	62.588
Provento Médio (em R\$)	7.015,65	9.005,99	9.356,13	0	9.549,53	0	10.489,74
Total de Segurados	107.639	110.189	109.603	930	108.009	6.720	106.234
Proporção Ativos/Beneficiários	0,76	0,78	0,77	0	732,61	0	0,70
Folha Mensal de Ativos (em R\$)	359.152.405,17	450.122.951,77	460.451.152,50	4.979.703,60	461.177.741,96	35.122.018,02	490.054.144,49
Folha Mensal de Benefícios (em R\$)	429.988.900,17	557.632.918,10	580.126.840,65	0	592.070,86	0	653.332.512,65
Folha Benefícios/Folha Ativos (%)	119,72%	123,88%	125,99%	0,00%	0,13%	0,00%	133,32%
VABF - Benefícios Concedidos (em R\$)	60.014.122.830,78	75.912.191.511,76	81.822.896.268,13	0	82.712.466.825,41	0	89.340.030.916,04
VABF - Benefícios a Conceder (em R\$)	38.073.040.531,48	50.050.606.989,85	55.770.851.404,83	299.176.102,44	50.688.772.392,03	1.987.323.507,45	53.412.542.626,84
VABF - Custo Total (R\$ milhões)	98.087.163.362,26	125.962.798.501,61	137.593.747.672,96	299.176.102,44	133.401.239.217,44	1.987.323.507,45	142.752.573.542,88
FSF - Folha Salarial Futura (em R\$)	41.351.431.397,20	50.306.748.742,75	53.562.747.672,96	1.127.712.598,24	57.871.902.308,38	7.777.668.255,45	60.095.917.683,77
Custo VABF (em % da FSF)	237,20%	250,39%	247,34%	26,53%	230,51%	25,55%	237,54%
Direitos de Contribuição Normal (em R\$)	28.954.461.143,22	36.367.126.243,04	37.972.132.395,22	320.179.717,29	34.549.895.818,52	2.086.946.923,48	35.633.525.814,17
Compensação Financeira (em R\$)	8.827.844.702,60	10.077.023.863,99	4.499.953.916,66	14.958.804,60	4.395.469.139,30	99.366.180,00	3.706.971.491,13
Déficit/Superávit Base (em R\$)	60.304.857.516,44	79.518.648.394,58	95.121.661.361,08	35.962.419,45	94.455.874.259,62	313.597.091,60	102.866.609.299,47
Déficit/Superávit Base (% FSF)	145,83%	158,07%	177,59%	3,19%	163,22%	4,03%	171,17%
Contribuição Normal dos Servidores (em %)	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	14,00%	28,00%
Contribuição Normal do Ente (em %)	28,00%	28,00%	28,00%	14,00%	28,00%	14,00%	28,00%
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Repartição	Capitalização	Repartição
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE 2019 Separada por Sexo	IBGE 2020 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial de Ativos	2,13% ao ano	1,81% ao ano	1,93% ao ano	1,95% ao ano	1,95% ao ano	2,24% ao ano	2,24% ao ano
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano
Rotatividade	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Reposição de Servidores	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Fator de Capacidade	100%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial, 2023 a 2026

Tabela 17 - Evolução atuarial do RPPS/SC no período de 2022 a 2026 (Militares)

Ano-Base	2022	2023	2024	2025	2026
Data-Base	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Quantidade de Servidores Ativos	12.747	12.313	12.059	12.301	12.261
Remuneração Média (em R\$)	7.103,82	9.415,56	9.509,97	9.637,56	10.587,70
Quantidade de Beneficiários	14.281	14.609	14.946	15.129	15.110
Provento Médio (em R\$)	8.590,85	10.787,27	10.860,98	10.934,17	12.118,88
Total de Segurados	27.028	26.922	27.005	27.430	27.371
Proporção Ativos/Beneficiários	0,89	0,84	0,81	0,81	0,81
Folha Mensal de Ativos (em R\$)	90.552.393,54	115.933.790,28	115.657.507,23	118.551.625,56	129.815.772,49
Folha Mensal de Benefícios (em R\$)	122.685.923,05	157.591.227,43	162.328.162,98	165.423.074,05	183.116.241,19
Folha Benefícios/Folha Ativos (%)	135,49%	135,93%	140,35%	139,54%	141,06
VABF - Benefícios Concedidos (em R\$)	20.152.709.244,39	25.230.339.589,64	27.535.346.536,69	27.764.855.327,00	30.432.218.789,67
VABF - Benefícios a Conceder (em R\$)	11.613.689.878,94	14.586.786.516,24	16.033.826.576,44	16.478.844.375,11	21.963.636.097,03
VABF - Custo Total (R\$ milhões)	31.766.399.123,33	39.817.126.105,88	43.569.173.113,13	44.243.699.702,11	52.395.854.886,70
FSF - Folha Salarial Futura (em R\$)	13.444.852.481,27	16.839.932.194,26	17.208.786.845,78	17.545.905.666,29	14.589.408.976,08
Custo VABF (em % da FSF)	236,27%	236,44%	253,18%	252,16%	359,14%
Direitos de Contribuição Normal (em R\$)	4.747.181.409,79	5.948.991.136,08	5.502.226.744,82	6.136.990.501,96	6.741.664.488,50
Compensação Financeira (em R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit/Superávit Base (em R\$)	27.019.217.713,54	33.868.134.969,80	38.066.946.368,31	38.106.709.200,15	45.645.528.798,35
Déficit/Superávit Base (% FSF)	200,96%	201,12%	221,21%	217,18%	312,87%
Contribuição Normal dos Servidores (em %)	10,50%	10,50%	10,50%	10,50%	10,5%
Contribuição Normal do Ente (em %)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de Mortalidade Geral	IBGE 2019 Separada por Sexo	IBGE 2020 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo	AT-2000 Separada por Sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Salarial de Ativos	2,13% ao ano	1,81% ao ano	1,93% ao ano	1,95% ao ano	2,24% ao ano
Taxa de Juros e Desconto Atuarial	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,50% ao ano	4,5% ao ano
Rotatividade	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Reposição de Servidores	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado	Não Adotado
Fator de Capacidade	100%	98,22%	98,22%	98,22%	98,22%

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial, 2023 a 2026

7. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

7.1. Carteira de investimentos

No primeiro trimestre de 2026, os ativos da carteira de investimentos consolidada, apresentaram uma rentabilidade (retorno trimestral) de 0,43%. A rentabilidade da carteira consolidada nos meses de janeiro, fevereiro e março, assim como o retorno no trimestre foram representados na tabela 18.

Tabela 18 - Rentabilidade da carteira consolidada no primeiro trimestre de 2026

Mês	Rentabilidade	Meta (INPC + 4,50%)	p.p. indexador
Janeiro	1,16	0,76	0,40
Fevereiro	0,99	0,88	0,11
Março	1,21	1,30	-0,08
Trimestre / Meta Acumulada	3,39	2,96	0,43

Fonte: Elaborado com base no Relatório Mensal dos Investimentos da LDB, 2026

7.2. Gestão de riscos

A gestão de riscos do RPPS/SC permanece em conformidade com as políticas internas vigentes, além de manter a observância dos normativos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Ministério da Previdência Social, dentre os quais a Portaria MTP nº 1.467/2022, conforme disposto no Relatório de Gestão de Risco e de Diligências referente a junho de 2025.

De acordo com a conclusão do referido relatório, cujo objetivo é verificar o cumprimento dos procedimentos de avaliação, mensuração, controle e monitoramento dos riscos aos quais os recursos estão expostos, constatou-se a adequação e/ou mitigação dos principais riscos — de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, de terceirização e sistêmico — aos limites estabelecidos na Política de Investimentos para o exercício de 2026.

7.2.1. Risco de mercado

Ao analisar a ferramenta estatística VaR (*Value at Risk*) na tabela 19, empregada no gerenciamento de risco do RPPS, constata-se que os índices estão de acordo com os parâmetros estabelecidos na Política de investimentos de 2026 (tabela 20) e, por conseguinte, que a volatilidade da carteira está controlada.

Tabela 19 - Parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos de 2026 para a ferramenta estatística VaR

Estrutura	Benchmark	VaR / B-VaR	Limite
Consolidado	INPC + 4,50% a.a.	VaR	5,00%
Segmento Renda Fixa	CDI + 1,00% a.a.	VaR	3,00%
Segmento Renda Variável	IBrX-100	VaR	12,00%
Segmento Estruturado	INPC + 5,00% a.a.	VaR	11,00%
Segmento Imobiliário	INPC + 5,00% a.a.	VaR	8,00%
Segmento Exterior	MSCI Global (BRL)	VaR	15,00%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2026

Tabela 20 - Estatísticas do VaR (Value at Risk) atribuídos aos ativos da carteira de investimentos em 31/03/2026

Ativo	VaR	Valor	% Carteira
Renda Fixa			
Artigo 7º, I, Alínea b			
Bb Renda Fixa Longo Prazo Tesouro Selic Fic Fif Resp Limitada	0,41	R\$ 35.597.473,17	4,73%
Bb Renda Fixa Longo Prazo Tesouro Selic Fic Fif Resp Limitada	0,41	R\$ 711.931.320,84	94,61%
Sub-total	0,41	R\$ 747.528.794,01	99,34%
Artigo 7º, III, Alínea a			
Bb Prev Rf Fluxo Fic	0,38	R\$ 4.947.506,66	0,66%
Sub-total	0,38	R\$ 4.947.506,66	0,66%
Artigo 7º - CONSOLIDADO			
CONSOLIDADO	0,41	R\$ 752.476.300,67	100,00%

Fonte: LDB Consultoria, 2026

7.2.2. Risco de crédito

Sob o método quantitativo adotado, que aborda de forma métrica os ratings atribuídos pelas agências classificadoras de crédito que operam no Brasil (tabela 22), os riscos foram controlados tanto para os recursos garantidores (tabela 21) - o que mitiga a exposição ao risco de ativos não qualificados - quanto para os efeitos de setores específicos da economia (tabela 23).

Tabela 21 - Limites para controle do risco de crédito em relação recursos garantidores

Categoria de Risco	Limite
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

Fonte: Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025

Tabela 22 - Ratings atribuídos por agências classificadoras de risco de crédito

Tabela de Ratings						
Faixa	Fitch	S&P	Moody's	Liberum	Austin	Grau
1	AAA (bra)	brAAA	AAA br	AAA	brAAA	Investimento
2	AA+ (bra) AA (bra) AA- (bra)	brAA+ brAA brAA-	AA+ br AA br AA- br	AA AA AA	brAA+ brAA brAA-	
3	A+ (bra) A (bra) A- (bra)	brAA+ brAA brAA	AA+ br AA br AA- br	AA AA AA	brAA+ brAA brAA-	
4	BBB+ (bra) BBB (bra) BBB- (bra)	brBBB+ brBBB brBBB-	BBB+ br BBB br BBB- br	BBB+ BBB BBB-	brBBB+ brBBB brBBB-	
5	BB+ (bra) BB (bra) BB- (bra)	brBB+ brBB brBB-	BB+ br BB br BB- br	BB+ BB BB-	brBB+ brBB brBB-	Especulativo
6	B+ (bra) B (bra) B- (bra)	brB+ brB brB-	B+ br B br B- br	B+ B B-	brB+ brB brB-	
7	CCC (bra) CC (bra) C (bra)	brCCC brCC brC	CCC br CC br C br	CCC CC C	brCCC brCC brC	
8	D (bra)	brD	D br	D	brD	

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025

Tabela 23 - Limites estabelecidos para controle do risco de crédito setorial

Tipo de Crédito	Controle Individual	Controle Setorial
Financeiro	10%	20%
Corporativo	5%	10%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2026

7.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez, aferido pelo percentual da carteira que pode ser negociada em determinado prazo (tabela 24), também está inserido nos limites estipulados para o exercício. Tal composição indica que há menor propensão de perdas financeiras decorrentes da subprecificação dos papéis nas operações.

Tabela 24 - Limites estabelecidos para controle do risco de liquidez

Horizonte	Percentual Mínimo da Carteira
De 0 a 21 dias úteis	10%
Até 252 dias úteis	20%

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Gestão de Risco e Diligências do RPPS/SC, 2025

7.2.4. Risco operacional

A avaliação do risco operacional está, na metodologia adotada, condicionada às obtenções das certificações profissionais pelos membros do comitê de investimentos, exibidas na tabela 27.

A exigência de tais capacitações dos integrantes do processo decisório reforça a busca pela adequação a normas e procedimentos de controle interno. Logo, verifica-se, pelo método empregado, que a administração do risco operacional atende às demandas normativas e à Política de Investimentos de 2026.

7.2.5. Risco de terceirização

O risco de terceirização, ou seja, a possibilidade de que os investimentos sejam geridos por outras entidades prestadoras de serviços, é repelido em virtude de, até o momento, os recursos do RPPS serem integralmente administrados pelo IPREV/SC.

7.2.6. Risco legal

Os esforços para atender às exigências normativas, o que inclui o aprimoramento das atividades de compliance e a contratação pontual de entidades especializadas em monitoramento de riscos jurídicos em investimentos, têm contribuído para prevenir potenciais perdas associadas a eventos judiciais. Dessa forma, considera-se, pela manutenção de tais medidas, o risco legal minimizado.

7.2.7. Risco sistêmico

Apesar das incertezas relacionadas à referida análise, o acompanhamento constante do cenário macroeconômico e doméstico, através do mapeamento de fatores que possam levar ao colapso do sistema financeiro, auxiliam a previsão e o gerenciamento desse tipo de risco.

Além disso, indicadores como VaR e Stress da carteira consolidada permitem estimar a volatilidade do mercado. Logo, tal monitoramento, associado à composição majoritária da carteira consolidada em títulos públicos federais, além de observados os limites legais para fundo emissor ou fator de risco, indicam que o risco sistêmico está mitigado.

8. ÓRGÃOS COLEGIADOS

Atualmente, o IPREV conta com quatro órgãos colegiados: o Conselho de Administração (CONAD), o Conselho Fiscal (COFIS), a Diretoria Executiva e o Comitê de Investimentos.

8.1. Conselho de Administração (CONAD)

O CONAD é o órgão superior responsável pela deliberação e orientação do RPPS/SC, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 412/2008. Cabe a ele definir a política geral de administração do IPREV e do regime. A composição do Conselho para o exercício de 2026 encontra-se apresentada na Tabela 25.

8.1.1. Composição

Tabela 25 - Composição do Conselho de Administração para o exercício de 2026

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Vânio Boing	CP RPPS DIRIG I	12/12/2023	12/12/2027	Membro Nato
Julie Anne Saut	CP RPPS CODEL I	28/09/2022	28/09/2026	Presidente
Kliwer Schmitt				Vice-Presidente
Zélia Wesendonck Bunn	CP RPPS CODEL I	03/04/2024	03/04/2028	Secretária
Abelardo Osni Rocha Junior	CP RPPS DIRIG I	06/01/2023	06/01/2027	Titular
Ana Maria Duarte	CP RPPS CODEL I	27/03/2024	27/03/2028	Titular
Arthur Alexandre Castro	CP RPPS CODEL I	14/11/2023	14/11/2027	Titular
Diego Vieira de Souza				Titular
Dijalma Antônio da Silva	CP RPPS CODEL I	06/05/2024	06/05/2028	Titular
Giovanna Silveira da Silva	CP RPPS CODEF II	16/10/2025	16/10/2029	Titular
Gustavo Lima Tengan	CP RPPS DIRIG I	03/01/2024	03/01/2028	Titular
Joffre Wendhausen Valente	CP RPPS CODEL I	08/12/2023	08/12/2027	Titular
Rodolfo Cezar Ribeiro da Silva Tripadalli				Titular
Victor Inácio Kist	CP RPPS CODEL I	07/12/2023	07/12/2027	Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025

8.1.2. Resumo das atas

Ata nº 167 – 27/01/2026

- Aprovação da ata anterior (01/12/2025);
- Informes gerais: Considerações iniciais sobre o começo dos trabalhos no exercício de 2026, considerações sobre o 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS da ABIPEM, de 04 a 06/03/2026, e o Encontro Estadual com e entre os RPPS de Santa Catarina, da ASSIMPASC, em 13 e 14/04/2026;
- IPREV: atualizações sobre proposta do IPREV/SC de alienação dos imóveis de propriedade do IPREV/SC e RPPS/SC - processo IPREV 8155/2024, informação de que o

IPREV/SC pagará ao RPPS/SC valor de locação pela utilização do seu Edifício-Sede a partir de janeiro de 2026, informação de Central de Atendimento foi transferida para o andar térreo do Edifício-Sede, informação de que o relatório anual de atividades será apresentado em sessão ordinária posterior, considerações sobre a nova Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272, de 18/12/2025, e a necessidade de adequações na Política de Investimentos dos fundos SC Seguro e Futuro para 2026;

- Relatório de Atividades do Conselho de Administração será apresentado na sessão ordinária seguinte;

- Processo IPREV 8166/2025 - Política de Investimentos do IPREV/SC para 2026, Fundo SC Futuro, apresentação de relatório e voto para adequação a nova Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272, de 18/12/2025, com deliberação de aprovação por unanimidade;

- Processo IPREV 8161/2025 - Política de Investimentos do IPREV/SC para 2026, Fundo SC Seguro, apresentação de relatório e voto para adequação a nova Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272, de 18/12/2025, com deliberação de aprovação por unanimidade;

- Próxima reunião: 19/02/2026.

Ata nº 168 – 19/02/2026

- Aprovação da ata anterior (27/01/2026);

- Informes gerais: Importância da capacitação contínua, com destaque ao 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS da ABIPEM, de 04 a 06/03/2026, e o Encontro Estadual com e entre os RPPS de Santa Catarina, da ASSIMPASC, em 13 e 14/04/2026;

- IPREV: Certificação dos membros do Comitê de Investimentos, impactos da EC nº 136/2025 na Taxa de Administração, informação de que o relatório anual de atividades será encaminhado ao Conselho de Administração após conclusão, apresentação do Cálculo da Avaliação Atuarial 2026;

- Apresentação do Relatório de Atividades, do Conselho de Administração do RPPS/SC, dos exercícios de 2024 e 2025,

- Próxima reunião: 24/03/2026.

Ata nº 169 – 24/03/2026

- Aprovação da ata anterior (19/02/2026);

- Informes gerais: Participação de conselheiros no 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS da ABIPEM, de 04 a 06/03/2026; comunicação de oportunidade de capacitação no Encontro Estadual com e entre os RPPS de Santa Catarina, da ASSIMPASC, em 13 e 14/04/2026, em Balneário Camboriú; registro de que o Relatório de

Atividades, do Conselho de Administração do RPPS/SC, dos exercícios de 2024 e 2025, foi aprovado sem restrições, para fins de publicação;

- IPREV: Apresentação do Relatório de Gestão 2025; processo SEA 18203/2022 - imóvel FAHECE/CEPON; processos IPREV 940, 941 e 942/2025 - balancetes contábeis; processo IPREV 5797/2025 - lei orçamentária anual;

- Assuntos gerais: atualização cadastral de servidores aposentados vinculados ao RPPS/SC na Secretaria de Estado da Fazenda.

- Próxima reunião: 27/04/2026

8.2. Conselho Fiscal

8.2.1. Composição

Órgão responsável pela fiscalização contábil, financeira e patrimonial do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2026 está descrita na tabela 26.

Tabela 26 - Composição do Conselho Fiscal para o exercício de 2026

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Marcos Felipe	CP RPPS COFIS I	02/01/2023	02/01/2027	Presidente
Paulo Henrique Rocha Faria Júnior	CP RPPS CODEF I	07/11/2025	07/11/2029	Vice-Presidente
Dagmar Diana Fava	CP RPPS COFIS I	06/10/2023	06/10/2027	Secretária
Angela Regina dos Santos Eickhoff	CP RPPS COFIS I	29/12/2022	29/12/2026	Titular
Eduardo Cardoso Silva				Titular
Raquel S. Rachadel da Silva				Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2026

8.2.2. Resumo das atas

Ata nº 174 – 28/01/2026:

- Aprovação da ata anterior;
- Relatoria dos registros contábeis do mês de NOVEMBRO/2025, da Unidade Gestora - IPREV-SC, Fundos (SC-SEGURO e SC-FUTURO), com aprovação por unanimidade;
- Relatoria dos registros contábeis do mês de DEZEMBRO/2025, da Unidade Gestora - IPREV-SC, Fundos (SC-SEGURO e SC-FUTURO), com aprovação por unanimidade;
- Apresentação do Relatório das atividades do Conselho Fiscal do 2º Semestre de 2025 consolidado pelo colegiado do Conselho Fiscal, para fins de aprovação e publicação, com aprovação por unanimidade;
- Deliberação e aprovação do Plano de Trabalho do Primeiro Semestre de 2026 do Conselho Fiscal, com aprovação por unanimidade;
- Apresentação do cronograma com a nominata dos conselheiros relatores para a análise dos registros financeiros mensais, referente ao exercício de 2025-2026, com aprovação por unanimidade.

Ata nº 175 – 20/02/2026:

- Aprovação da ata anterior;
- Parecer Anual sobre as Contas e os Balancetes do RPPS da Unidade Gestora – IPREV-SC e dos Fundos SC, SC Seguro e SC Futuro, do exercício de 2025 , com aprovação por unanimidade.

Ata nº 176 – 25/03/2026:

- Aprovação da ata anterior;
- Relatoria sobre as Contas e os Balancetes do RPPS da Unidade Gestora – IPREV-SC e dos Fundos SC, SC Seguro e SC Futuro, do mês de janeiro de 2026, com aprovação em próxima assembleia.

8.3. Diretoria Executiva do IPREV

Órgão responsável pela gestão técnica e operacional do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2026 está descrita na tabela 27.

8.3.1. Composição

Tabela 27 - Composição da Diretoria Executiva para o exercício de 2026

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Mauro Luiz de Oliveira	CP RPPS DIRIG I	13/07/2024	17/07/2028	Presidente
Abelardo O. Rocha Junior	CP RPPS DIRIG I	06/01/2023	06/01/2027	Diretor Adm. e Financeiro
Gustavo Lima Tengan	CP RPPS DIRIG I	03/01/2024	03/01/2028	Diretor Jurídico
Liamara Meneghetti				Diretora de Previdência
Yuri Carioni Engelke				Diretor de Investimentos

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2025

8.3.2. Resumo das atas

Ata nº 32 – 29/01/2026

- Alienação de imóveis do RPPS/SC conforme deliberação do CONAD.
- Cobrança de aluguel de imóvel utilizado pela Unidade Gestora.
- Estudo sobre segregação de recursos para amortização de déficit atuarial.
- Intensificação da venda de imóveis desocupados.
- Avaliação de aquisição de imóveis pelo Governo do Estado.
- Revisão de responsabilidades sobre imóvel locado ao PROCON/SC.

- Início das reuniões mensais com gestores e definição de temas estratégicos.

Ata nº 33 – 26/02/2026

- Nova contratação para gestão documental após encerramento com o CIASC.
- Acervo estimado em aproximadamente 7.000 processos.
- Reforço no cumprimento de prazos junto ao TCE, CGE e UCI.
- Incentivo à capacitação com foco em custo-benefício.
- Melhoria na agilidade e qualidade das respostas institucionais.
- Contratação de 15 novos servidores e ajustes de pessoal.
- Implantação do sistema SISPREVWEB com comissão de acompanhamento.
- Aprovação das contas de 2025 pelo COFIS.
- Força-tarefa para regularização de pendências junto ao TCE.

Ata nº 34 – 12/03/2026

- Criação e estruturação do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM).
- Segregação completa do SPSM em relação ao RPPS.
- Criação do fundo FSPSM/SC e estrutura organizacional específica.
- Elaboração de minuta de Projeto de Lei.
- Implantação de controle de prazos dos encaminhamentos.
- Substituição de gerência (GEDIL).
- Celeridade em estudos institucionais e acompanhamento de normativos.
- Divulgação do Relatório de Gestão 2025.
- Receita de R\$ 67 milhões com compensação previdenciária.
- Avanço no envio de processos ao TCE com dupla checagem.

8.4. Comitê de Investimentos

Órgão técnico de apoio à gestão da carteira de investimentos do RPPS/SC. A sua composição para o exercício de 2026 está descrita na tabela 28.

8.4.1. Composição

Tabela 28 - Composição do Comitê de Investimentos para o exercício de 2026

Nome	Certificação	Início	Fim	Cargo
Abelardo O. Rocha Junior	CP RPPS CGINV I	13/01/2023	13/01/2027	Titular
Aliceana A. Graciosa	CP RPPS CGINV I	28/12/2023	28/12/2027	Titular
Jean Jacques D. Braun	CP RPPS CGINV I	13/09/2023	13/09/2027	Titular
Yuri Carioni Engelke	CP RPPS CGINV I	19/12/2023	19/12/2027	Titular
Saulo Rodolfo Vidal	CP RPPS CGINV I	29/01/2026	29/01/2030	Titular

Fonte: Elaborado com base no Relatório de Resumos das Atas, 2026

8.4.2. Resumo das atas:

Reunião – 13/01/2026

- Alteração da DPIN/2026 dos fundos visando adequação à Resolução CMN nº 5.272/2025, aprovada por unanimidade.

Reunião – 27/01/2026

- Posição da carteira em DEZEMBRO/2025;
- Cenários Macroeconômicos;
- Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos e de Diligências do RPPS/SC de DEZEMBRO de 2025, aprovado por unanimidade.

Reunião – 24/02/2026

- Posição da carteira em JANEIRO/2026;
- Cenários Macroeconômicos;
- Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos e de Diligências do RPPS/SC de JANEIRO de 2026, aprovado por unanimidade.
- Credenciamento novos fundos Banco do Brasil ajustados para a nova Resolução CVM 5.272/25 - BB PREVIDENCIÁRIO FLUXO SOBERANO RENDA FIXA CURTO PRAZO FIC FIF RESP LIMITADA e BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL SOBERANO FIC FIF, aprovado por unanimidade e ratificação das aplicações já efetuadas nestes fundos.

9. ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

No primeiro trimestre de 2026, o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV) intensificou suas ações de qualificação, governança, inovação administrativa e valorização de servidores, consolidando-se como uma instituição comprometida com a sustentabilidade previdenciária e o atendimento humanizado.

9.1. Gestão de pessoas

Visando o aprimoramento contínuo, no primeiro trimestre do ano o IPREV proporcionou ação sistêmica para atualização técnica e comportamental com impacto na gestão das diretorias e gerências.

Tendo iniciado no dia 25 de fevereiro, o Curso *Gestão e Liderança na Administração Pública*, realizado pela Fundação Escola de Governo – ENA, teve como objetivo o desenvolvimento de competências voltadas a gestão e liderança institucional. Cerca de 20 Gestores do IPREV se reuniram em encontro semanal, realizados no auditório, até o encerramento no dia 15/04, totalizando 16 horas/aula. Os temas abordados trouxeram atualização e qualificação a respeito da liderança de equipes, tomadas de decisão e aprimoramento nos processos internos.

9.2. Educação Previdenciária

A educação previdenciária abrange o conjunto de iniciativas de capacitação, qualificação, treinamento e formação direcionadas aos servidores do IPREV, conselheiros, gestores, demais trabalhadores vinculados ao IPREV, bem como segurados ativos, inativos, pensionistas, dependentes e sociedade civil. Essas iniciativas abordam temas como a compreensão do direito à previdência social e seu papel como política pública, além de aspectos relacionados à gestão, governança e controles do RPPS, tais como administração de ativos e passivos, gestão de pessoas, benefícios, investimentos, orçamento, contabilidade, finanças e estruturas de controle interno e externo, entre outros.

A educação previdenciária também inclui a divulgação dos resultados da gestão do RPPS para os diversos órgãos e entidades do governo do ente federativo, instituições públicas e privadas e para a sociedade em geral. Adicionalmente, estão englobadas nesse conceito ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dos segurados, como promoção da saúde, prevenção de doenças, educação financeira, planejamento e transição para a aposentadoria, vida pós-aposentadoria e envelhecimento ativo.

Com a referência do Pró-gestão para boas práticas em educação previdenciária, o IPREV está organizando as iniciativas em dois eixos: “capacitação” e “diálogos com os segurados e com a sociedade”. O primeiro eixo tem como público-alvo gestores, conselheiros, servidores do IPREV e demais colaboradores vinculados ao IPREV. O eixo “diálogos com os segurados e com a sociedade” contempla segurados ativos, inativos, pensionistas, dependentes e sociedade civil.

9.2.1. Capacitação

Em conformidade com a Política Estadual de Desenvolvimento do Servidor, prevista no Decreto nº 1.386/2021 e na Instrução Normativa SEA nº 20/2022 da Secretaria de Estado da Administração, o IPREV desenvolveu, em 2025, o Plano de Desenvolvimento dos Servidores (PDS) a ser executado no ano de 2026. O PDS prevê ações de capacitações promovidas pelo IPREV, por Escolas oficiais de Governo, como a ENA e ENAP, e demais promotores de eventos nas áreas de interesse e atuação. No primeiro trimestre de 2026, além da ação citada no item 1.1, se destaca a presença de servidores e conselheiros em importante evento ligado aos RPPS.

Nos dias 04, 05 e 06 de março, sete representantes do IPREV, entre servidores e conselheiros, participaram do 8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS e CompREV na prática. O Evento foi promovido pela ABIPEM, referência nacional em RPPS, em Florianópolis e teve programação com especialistas na área de investimentos previdenciários, além de membros de Tribunais de Contas, Atuários e Secretários de Finanças. Também estava contido no evento, curso exclusivo de COMPREV na Prática. No total, o Congresso somou 16 horas/aula de capacitação.

No dia 09 de março, celebrando o Dia Internacional da Mulher, o IPREV promoveu a Palestra “Amar sem se abandonar”, ministrada pela terapeuta integrativa e analista corporal reichiana, Myrian Vieira. O evento contou com a participação da força de trabalho feminina e tratou de temas como o autocuidado, limites, vínculos saudáveis e bem-estar.

9.3. Controle Interno

As atividades de controle interno no período foram apresentadas na última edição do Relatório Trimestral de Controle Interno e Ouvidoria.

9.4. Jurídico

Os dados referentes às atividades do setor do contencioso judicial e administrativo no período foram dispostos respectivamente nas tabela 29 e 30.

Tabela 29 - Dados analíticos do setor do contencioso administrativo no primeiro trimestre de 2026

Consultas recebidas e respondidas				
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL
Consultas recebidas	34	47	63	144
Consultas respondidas	25	44	82	151
Segmentação das consultas respondidas				
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL
Manifestações jurídicas	25	44	81	150
Notícias-crime	0	0	1	1

Fonte: Elaborado com base nos dados da Gerência do Contencioso Administrativo, 2026

Tabela 30 - Dados analíticos do setor do contencioso judicial no primeiro trimestre de 2026

Núcleo de Conhecimento				
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL
Pendências distribuídas	1.031	1.297	2.180	4.508
Pendências finalizadas	562	619	926	2.107
Documentos produzidos	752	581	922	2.255
Estoque de pendências	469	678	1254	2.401
Processos novos originários	67	479	986	1.532
Núcleo de Execuções/Cumprimento				
Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	TOTAL
Pendências distribuídas	2.336	1.903	3.120	7.359
Pendências finalizadas	1.762	1.253	2.340	5.355
Documentos produzidos	2.560	1.436	3.122	7.118
Estoque de pendências	574	650	780	2.004
Processos novos originários	202	144	131	477

Fonte: Elaborado com base nos dados da Gerência do Contencioso Judicial, 2026

10. CANAIS DE ATENDIMENTO

O organograma do IPREV/SC inclui a Gerência de Atendimento (GERAT), subordinada à Diretoria de Previdência, com foco no atendimento aos segurados, dependentes e beneficiários do RPPS/SC.

À GERAT compete receber e encaminhar as demandas dos segurados por meio da Central de Atendimento, criada com o objetivo de concentrar todas as solicitações em um único canal, garantindo orientação adequada, instrução processual correta e tramitação eficiente, além de uniformizar as informações fornecidas aos usuários.

A Central de Atendimento dispõe de um sistema multicanal, permitindo contato por telefone, WhatsApp, chat, e-mail, vídeo chamada agendada para atendimento personalizado e atendimento presencial. Na Tabela 31, estão apresentados os prazos de resposta praticados pela Central.

Tabela 31 - Prazos para resposta pela Central de Atendimento

Canal	Prazo Previsto	Automação
Telefone	Imediato se atendente disponível	Menu serviços por tipo de usuário
WhatsApp	Em até 6 horas	Respostas automáticas
Chatbot	Em até 6 horas	Respostas automáticas
E-mail	Em até 10 dias	Respostas automáticas com menu de orientações

Fonte: IPREV, 2025.

Fonte: IPREV, 2026

Formas de Contato da Central de Atendimento

- Telefone e WhatsApp: (48) 3665-4600
- Atendimento online: por meio do ícone verde localizado no canto inferior direito do site do IPREV
- E-mail: iprev@iprev.sc.gov.br
- Atendimento presencial: Rua Visconde de Ouro Preto, 291 – Centro, Florianópolis
- Horário: segunda a sexta-feira, das 13h às 18h

Na Tabela 32, são apresentados os totais de atendimentos realizados pela GERAT durante o primeiro trimestre de 2026.

Tabela 32 - Atendimentos realizados pela GERAT no primeiro trimestre de 2026

Assunto	Janeiro	Fevereiro	Março
Aposentado – Redução De Contrib. Previ.	1	0	1
Aposentado – Orientações Gerais	1	2	11
Aosentado - Declaração De Tempo Utilizado Na Aposentadoria De Sc	0	0	1
Aposentado – Outros	7	3	6
Aposentado - Consulta De Processo	2	1	0
Aposentado - Emissão De Comprovante De Rendimentos	0	0	25
Aposentado - Emissão De Contracheque	1	7	15
Aposentado - Redução De Contribuição Previdenciária			1
Servidor – Orientações E Informações Gerais	1	0	3
Servidor – Documentos Físicos (Ctc)	0	0	0
Servidor – Outros	0	0	0
Procurador – Instrução De Processo	1	5	3
Procurador – Consulta De Processo	2	7	5
Procurador - Emissão De Comprovante De Rendimentos	0	0	10
Procurador - Emissão De Contracheque	2	2	11
Procurador – Questionamento/Dúvida	0	1	1
Procurador – Apresentação De Documentos	0	0	1
Procurador – Solicitação De Documentos	0	0	0
Procurador – Agend. De Atend. Presencial/Online	0	0	0
Procurador - Emissão De Ficha Financeira	0	0	0
Procurador - Valores Pendentes	0	0	0
Procurador - Requerimento De Pensão	1	0	1
Procurador - Triagem De Documentos Para Pensão		0	0
Procurador – Outros	2	0	3
Pensionista – Requerimento De Pensão	17	24	27
Pensionista – Reajuste/Revisão/Recálculo	4	2	11
Pensionista – Isenção De Irf E Contrib. Previ.	4	7	12
Pensionista – Triagem De Documentos Para Pensão	8	9	4
Pensionista – Consulta De Processo	15	11	17
Pensionista – Certi. De Dependentes Habilitados	0	3	1
Pensionista – Alteração De Senha	22	22	23
Pensionista – Alteração De Conta Bancaria	0	0	0
Pensionista – Atualização De Endereço	0	0	0
Pensionista – Emissão De Contracheque	82	80	99
Pensionista - Emissão De Comprovante De Rendimentos	2	2	243
Pensionista – Emissão De Ficha Financ.	1	2	3
Pensionista – Comunicação De Casamento Do Pensionista	1	0	0
Pensionista – Dúvidas Sc Saúde	0	0	0
Pensionista – Prova De Vida/Atualização Cadastral	1	6	2

Pensionista - Orientações Gerais	0	0	2
Pensionista – Outros	13	8	14
Representante - Outros	5	1	3
Representante - Consulta De Processos	1	0	2
Representante - Emissão De Comprovante De Rendimentos	0	0	0
Representante - Emissão De Contracheque	0	0	0
Representante - Orientações Gerais	1	0	0
Representante - Requerimento De Pensão	2	0	0
Representante - Valores Pendentes	0	1	0
Representante- Certidão De Dependente Habilitados	0	0	2
Representante - Instrução De Processo	0	0	0
Outros - Valores Pendentes	2	1	10
Outros - Emissão De Comprovante De Rendimentos	1	0	4
Outros - Consulta De Processos	1	0	0
Outros - Outros	14	1	10
Atendimento Agendado	0	0	0
Telefone	835	759	1.373
Emails	275	253	419
Chat/Whatsapp	417	368	617
Demanda Ctc/Gcomp (Processos Sgpe)	0	0	0
Demanda (Processos Sgpe/Protocolo Digital)	59	66	58
Total	1.804	1.588	2.996

Fonte: Elaborado com base nos dados da Gerência de Atendimento, 2026

11. OUVIDORIA

A ouvidoria pública é uma instância de controle e participação social, responsável por interagir com os usuários com o objetivo de aprimorar a gestão pública, melhorar os serviços e políticas públicas oferecidas, garantir o acesso à informação e promover a transparência de forma proativa e espontânea. Isso é feito em uma linguagem clara e de fácil entendimento, criando condições e mecanismos para o exercício do controle social.

11.1. Papel da ouvidoria

Além de suas atribuições relacionadas ao controle, as ouvidorias também exercem uma função pedagógica, atuando de forma informativa e educativa. Ao fornecerem aos usuários maior conhecimento sobre seus direitos e deveres, contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica e para o fortalecimento da autonomia cidadã. Quanto mais o usuário participa, mais capacitado se torna para exercer esse papel de forma ativa e qualificada. Por meio do canal da ouvidoria, os usuários dos serviços públicos do Poder Executivo Estadual têm a oportunidade de registrar manifestações, expressar seus pontos de vista e contribuir diretamente para o aprimoramento da gestão pública.

11.2. Estrutura e funcionamento

A Unidade de Controle Interno e a Ouvidoria atuam de forma integrada no recebimento, tratamento e encaminhamento das manifestações registradas por meio do canal de ouvidoria. Cabe a essas unidades o monitoramento dos prazos de resposta por parte das diretorias e gerências envolvidas, assegurando o retorno adequado e tempestivo ao cidadão. A Ouvidora exerce o papel de agente mediadora entre a sociedade e o IPREV, zelando pela confidencialidade das informações e adotando as salvaguardas necessárias para proteger a identidade dos denunciante, prevenindo qualquer forma de retaliação ou exposição indevida.

11.3. Formas de contato com a Ouvidora-Geral do Estado de Santa Catarina

I. Portal da Ouvidoria: Por meio do Portal da Ouvidoria do Estado de Santa Catarina, os usuários podem registrar suas manifestações de forma online e acompanhar o andamento das respostas.

II. Telefone: Os cidadãos podem ligar para a ouvidoria pelo número 0800-644-8500 para registrar suas manifestações.

III. E-mail: Os usuários podem enviar e-mails com suas manifestações para ouvidoria@sc.gov.br.

IV. Aplicativo de Ouvidoria: A Ouvidoria disponibiliza um aplicativo móvel, permitindo que os usuários registrem suas manifestações de qualquer lugar e acompanhem suas respostas em tempo real.



Rua Visconde de Ouro Preto, 291 – Centro - CEP: 88020-040

Florianópolis - SC - CNPJ: 83 882 498/0001-90

Telefone: (48) 3665-4600

